



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
do Estado de São Paulo

PODER LEGISLATIVO

Requerimento de Informação n° 158/2024

Processo Número: **9748/2024** | Data do Protocolo: 18/04/2024 17:04:22



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100340031003000380030003A004300, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

Com base na norma veiculada com o artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinada com a norma veiculada com o artigo 166, caput, do Regimento Interno desta colenda Assembleia Legislativa - e tendo em conta a que a EMAE - Empresa Metropolitana de Águas e Energia é uma empresa estatal vinculada ao governo do estado de São Paulo, especificamente vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, solicito seja requisitado a Excelentíssima Secretária do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, informações acerca das seguintes questões:

1. Quais as razões que levaram a EMAE a promover ações possessórias contra moradores que residem por décadas na Rua Caetano Luppi, região do bairro Vila Suíssa, Município de Ribeirão Pires? Quantos processos judiciais existem? Favor encaminhar os números dos processos.
2. A área identificada acima é georreferenciada pela EMAE? Se sim, qual a data do georreferenciamento? Se existe georreferenciamento, obséquio identificar a COTA 747, em toda sua extensão em face da propriedade de cada um dos moradores, assim como apontar onde se encontram os "marcos" identificando pontos por onde passam ou passavam as curvas com nível na COTA 747 em toda sua extensão em face das propriedades dos moradores?

JUSTIFICATIVA

A EMAE (Empresa Metropolitana de Água e Energia) vem questionando que moradores que residem por décadas na rua Caetano Luppi, região do bairro Vila Suíssa, em Ribeirão Pires, ocupam área de sua propriedade, promovendo para tanto ações possessórias contra cerca de 10 famílias.

Mesmo com toda a documentação em mãos para comprovar que são, de fato, os reais proprietários dos imóveis, a situação não está nem um pouco favorável aos residentes que têm perdido noites de sono diante de uma possível reintegração de posse.

Os processos em andamento alegam que as construções dos moradores invadiram área do Reservatório da Represa Billings que seria de propriedade da EMAE, segundo o livro de transcrição das transmissões nº 14.032 de Ribeirão Pires. De outro lado, os moradores afirmam que não foi localizada nenhuma documentação que vincule a empresa ao terreno e que, até mesmo, a Prefeitura de Ribeirão Pires não possuía conhecimento quanto à situação.

Assim sendo, requisita-se que o presente Requerimento de Informação seja devidamente respondido, pois trata de assunto de relevante interesse social. É relevante frisar, por fim, que não responder, responder com informações falsas, ou não atender aos questionamentos (respostas vazias e genéricas) importam em crime de responsabilidade, conforme artigo 20, inciso XVI, da Constituição Estadual.

Teonilio Barba



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100380039003900320031003A005000

Assinado eletronicamente por **Teonilio Barba** em 18/04/2024 17:02

Checksum: **E8DB8616FFCE5C8C6BFF9A964EF5BB009BBAAFF364878500A34DD4DCE3F47A6E**



Autenticar documento em <http://sempapel.al.sp.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3100380039003900320031003A005000, Documento assinado digitalmente
conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.